

Anthony Garotinho
Maria Landerleide (Leide de Caxias)

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO
DA
COLIGAÇÃO PARA O POVO VOLTAR
A SER FELIZ

PRP – PRB – PATRIOTA – PTC - PMB

(Versão Oficial para discussão com a sociedade)

ÍNDICE GERAL INTRODUÇÃO

- 1. O Rio de Janeiro tem Solução!**
- 2. Apresentação**
- 3. O patrimonialismo e a refundação republicana do estado do Rio de Janeiro**
- 4. A Grave Situação Financeira e o Regime de Recuperação Fiscal**
- 5. Medidas Emergenciais**
- 6. Algumas propostas**
 - 6.1 Finanças**
 - 6.2 Saúde**
 - 6.3 Educação**
 - 6.4 Transporte**
 - 6.5 Energia**
 - 6.6 Água**
 - 6.7 Segurança Pública**
 - 6.8 Meio Ambiente**
 - 6.9 Agricultura**
 - 6.10 Gestão Pública**
 - 6.11 Gestão Metropolitana**
 - 6.12 Desenvolvimento Social**
 - 6.13 Prevenção e Combate às Drogas e ao Tráfico de Armas**
 - 6.14 Ciência, Tecnologia e Educação Superior**
 - 6.15 Cultura**
 - 6.16 Esporte e Lazer**

6.17 Questão fundiária

6.18 Desenvolvimento Econômico

6.19 Habitação, Urbanização e Assentamentos Humanos

6.20 Servidores Públicos

6.21 Defesa Civil

6.22 Sistema penitenciário

6.23 Política de Gênero

6.24 Políticas para a Juventude

6.25 Políticas de Reparação

6.26 Propostas para o Interior

6.27 Geração de Emprego e Renda

6.28 Defesa do Consumidor

1 - O RIO DE JANEIRO TEM SOLUÇÃO!

A pergunta que mais ouço nas ruas, em debates, visita a municípios, é se o Rio de Janeiro tem solução.

É claro que tem solução! Muitos não se lembram, mas quando fui eleito Governador, no ano de 1998, o Rio de Janeiro também vivia um momento ruim. Como nos dias de hoje, jornais e revistas exploravam a péssima situação econômica vivida pelo Estado.

“Ao suceder a Marcello Alencar em 1999, Garotinho pegou uma máquina quebrada. O Rio acumulava débitos de R\$ 21 bilhões – a maior dívida da federação.”

Revista Época edição n 194

O Governo que tinha me antecedido, para conseguir terminar o mandato, “vendeu” os principais ativos do Estado (CEG, BANERJ, Flumitrens, Ed. Garagem Menezes Cortes, Barcas, Metro Rio e tantos outros).

Como agravante, nosso Estado, que tinha a maior dívida do país (R\$ 21 bilhões), era o único que ainda não tinha realizado sua renegociação com a união.

Esta dívida consumia 14% da arrecadação do Estado. Ao todo mais de 80% dos recursos arrecadados eram destinados ao pagamento de salários. Não sobrava quase nada para investimentos.

Foi preciso muito trabalho e criatividade para reverter esta situação, mas conseguimos. Em um ano renegociamos a nossa dívida, e, diga-se de

passagem, foi a melhor renegociação feita por um estado, admitida pelo próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ainda conseguimos recursos para tirar do papel vários projetos. Segue trecho de reportagem da mesma revista época:

“Com uma solução original, que fugiu à cartilha ortodoxa recomendada pela equipe econômica aos governadores, Garotinho conseguiu renegociá-la.”

Com a “casa arrumada”, começamos a tirar do papel um ambicioso programa de governo.

Na área de desenvolvimento econômico desenhamos um plano que identificou e fomentou as vocações de cada região do Estado. No sul fluminense consolidamos um polo automobilístico. Até o ano de 1999 o Estado do Rio de Janeiro não produzia um carro sequer. Neste mesmo ano lancei a pedra fundamental da fábrica da Peugeot/ Citroen no município de Porto Real. Logo em seguida a Volkswagen começou a produzir caminhões em Resende. Hoje esta região é dona do segundo maior polo automobilístico do país.

No final da década de 90, a indústria naval fluminense estava esfacelada, empregava 500 pessoas. Consegui reabrir 13 estaleiros e em 2004 o número de empregos do setor tinha pulado para 25 mil. Ao final do governo Rosinha eram mais de 40 mil empregos diretos.

Foi graças a uma estratégia de desenvolvimento econômico com incentivos fiscais condicionados à geração de empregos que impulsionamos um setor que era “terra arrasada”.

O Polo Gás-Químico, construído no município de Duque Caxias, ao final do governo de Rosinha já tinha atraído mais de 30 novas indústrias para a Baixada.

O Setor da metalurgia/ siderurgia também foi apoiado. Além da atração de novas indústrias do setor (CSA) apoiamos a ampliação de outras como a Gerdau e a CSN. Aproveitando este movimento a Votorantim também ampliou a sua planta. Minas Gerais que liderava desde 1967 a produção de aço no Brasil perdeu a liderança neste seguimento para nosso Estado.

Como homem do interior me causava indignação ver os agricultores abandonados e a produção agrícola decaindo ano após ano. Criei então o programa “Frutificar” que impulsionou a produção de frutas e polpas nas regiões norte-noroeste. Vários hectares de terras foram plantados porque oferecemos crédito aos agricultores, com juros de apenas 2% ao ano, apoio técnico e incentivo para a irrigação das terras. De 1999 a 2006, milhares de empregos foram criados através da produção de frutas.

Com a pluralidade de investimentos econômicos que realizamos em nosso Estado, a partir de 2003, fato inédito na história aconteceu: a renda per capita do Rio ultrapassou a de São Paulo. Neste mesmo período a economia do interior também se fortaleceu, equilibrando a sua participação no PIB estadual.

A recuperação econômica do Estado rapidamente rendeu frutos e permitiu que realizássemos investimentos nas mais diversas áreas.

Na área da Segurança Pública implantamos o programa Delegacia Legal. Em março de 1999, três meses após tomar posse, iniciei uma

revolução na segurança pública inaugurando a primeira Delegacia Legal, a 5ª DP, na Avenida Gomes Freire.

O programa não se limitou a um projeto arquitetônico e de reforma das instalações para dar melhores condições de trabalho aos policiais e criar um melhor ambiente para a população. Pela primeira vez no Brasil, as delegacias começaram a ser interligadas através de internet e intranet, facilitando as consultas dos policiais aos bancos de dados e agilizando o serviço. Colocamos universitários para darem o primeiro atendimento às pessoas e liberamos os policiais para o trabalho de investigação. Com isso facilitamos o trabalho da Polícia Civil e obtivemos resultados com recorde de prisões.

Outra questão importante foi o fim das carceragens, que só foi possível porque construímos, no meu governo e no de Rosinha, 14 presídios e casas de custódia para transferir os presos. Com isso acabamos com a superlotação das delegacias e conseqüentemente as rebeliões.

Das 121 unidades policiais do Estado do Rio, eu e Rosinha deixamos prontas 104 delegacias legais. O projeto foi premiado internacionalmente pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Na área de educação, concluímos as obras da UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, criamos a UEZO – Universidade Estadual da Zona Oeste, implantamos o CEDERJ – para o ensino a distância e ampliamos muito as vagas de ensino técnico-profissionalizante, através da FAETEC.

Na área da saúde, destaco a conclusão das obras do hospital Adão Pereira Nunes, entregamos pronto o prédio do hospital de Paraiba do sul, construímos em parceria com a Prefeitura o hospital de Santo Antônio de Pádua, abrimos o hospital de manilha João Batista Caffaro. Já no Governo

Rosinha implantamos a farmácia popular e o programa “emergência em casa”.

Na área da proteção social foram mais de 60 projetos com destaque para os restaurantes populares, sopa da cidadania, o leitinho das crianças, café da manhã do trabalhador nas estações (todos programas de segurança alimentar), as casas da paz e o cheque cidadão (programa de transferência de renda).

Fiz esse relato para mostrar que a situação vivida pelo Rio de Janeiro quando assumi o Governo em 1999 era bem parecida com o momento atual. Mesmo assim trabalhamos duro, renegociamos a dívida, recuperamos a capacidade de investimento do Estado e demos a volta por cima.

O atual momento exige um governante capacitado, com experiência, conhecimento de todas as regiões do nosso Estado e com vontade de trabalhar. Lá em 1999 mostrei estar apto a encarar este desafio.

Por isso peço que leia com atenção nosso plano de governo. Ele é fruto dos muitos debates pelo qual participamos por todo Estado, buscando a participação do cidadão fluminense. É um plano de desenvolvimento participativo e tem o objetivo de fazer do Rio um estado desenvolvido, mais humano e justo socialmente. O povo vai voltar a ser feliz”!!!!

Anthony Garotinho

2 - Apresentação

Não há nada mais importante em um Estado do que o seu povo! Mais do que grandes obras devemos direcionar as nossas ações para facilitar o dia a dia de cada cidadão. O principal dos fundamentos sobre os quais assentamos o presente Plano é construir um governo para todos, mas com prioridade para os mais pobres - o que sempre caracterizou a atuação política de Anthony Garotinho, homem do interior, de uma cidade pobre, que conhece profundamente a essência do problema social do Rio de Janeiro e tem, desde o início de sua carreira, sua ação política e administrativa como governante voltada com prioridade para essas camadas mais desfavorecidas da sociedade, com programas sociais de impacto que foram abandonados e serão retomados.

O Rio de Janeiro terá que passar por um verdadeiro processo de reconstrução política e administrativa, com medidas de impacto para o primeiro momento e políticas, programas, projetos e ações que serão organizados em cinco eixos de atuação. O eixo **Desenvolvimento Humano**, voltado para promover a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano do estado. O eixo **Desenvolvimento Institucional**, com o objetivo de ampliar a capacidade do Estado em prestar serviços ao cidadão, sem burocracia, com presteza e eficiência. O eixo **Desenvolvimento Econômico**, para buscar o desenvolvimento do estado através da ampliação da sua base produtiva. O eixo **Segurança**, para prevenir e controlar a violência e a criminalidade no Rio de Janeiro. E o eixo **Desenvolvimento da Infraestrutura**, voltado para o desenvolvimento da infraestrutura física do estado, com o investimento em rodovias, energia alternativa, telecomunicações, abastecimento de água, saneamento e meio ambiente. É importante que essas definições alimentem a reestruturação de Secretarias de Estado por áreas e não, como acontece hoje, para

contemplar interesses políticos paroquiais de uma miríade de partidos políticos e apetites pessoais.

Promover o desenvolvimento sustentável com inclusão social é mais do que um fundamento, do que um princípio é uma obrigação do poder público e será a ideia que irá nortear todas as ações do próximo governo do Rio de Janeiro, base das suas principais políticas, projetos e programas.

Este documento tem como base o plano já construído em 2014. Ao longo destes quatro anos debatemos todos os temas aqui presentes, aperfeiçoamos as propostas e apresentamos novas soluções para os desafios que surgem diariamente. Este programa tem o objetivo de apresentar as diretrizes gerais do projeto de governo a ser conduzido por Anthony Garotinho nos próximos quatro anos – que terão que ser, necessariamente, anos de administração criativa, de reconstrução do estado e de retomada das políticas públicas fluminenses.

3. O patrimonialismo e a refundação republicana do estado do Rio de Janeiro

Os últimos anos da administração do estado do Rio de Janeiro foram marcados pelo desvirtuamento praticamente institucionalizado das finalidades do poder público e das instituições republicanas tais como conhecidas na história ocidental. O interesse privado prevaleceu sobre o interesse público nas decisões de governo.

Lamentavelmente, nestes últimos 12 anos, as instituições do estado passaram a incorporar o interesse privado e patrimonialista como regra e

com ele substituiu o interesse público, a partir do nível mais elevado do poder público, no âmbito dos mandatários, contaminando até mesmo instituições privadas.

Desde o ano de 2007, Anthony Garotinho, vêm denunciando este grupo político que se apropriou do Estado. No ano de 2012 compareceu à Procuradoria Geral da República e protocolou formalmente uma denúncia, com mais de 2000 páginas que envolvia os dois últimos governadores e seus apadrinhados. O governo do Estado virou um balcão de negócios.

Todas as prisões que vem ocorrendo contra a cúpula do Governo do Estado e da ALERJ são fruto destas denúncias. Feitas muito antes inclusive do início da operação lava jato e seus desdobramentos no Rio de Janeiro.

Diante deste grave cenário de patrimonialismo instalado nestes 12 anos de governo, precisaremos resgatar o Estado. O nosso primeiro objetivo é de natureza política, vale dizer de retomar a valorização da verdadeira política pública, aquela que incorpora a dimensão humana, o respaldo técnico, o envolvimento do servidor público de carreira e a participação social. Pressupõe, ainda, o respeito ao fortalecimento e consolidação do modo republicano de governar um grande estado como o Rio de Janeiro, o que vem sendo negligenciado de forma inaceitável, quando se perdeu a noção do público e do privado no âmbito da administração estadual e ambos passaram a se confundir numa relação quase promíscua, nociva aos verdadeiros interesses do povo fluminense.

O estado não comporta mais aventuras e devaneios de políticos irresponsáveis, que levaram o Rio de Janeiro a uma grave crise financeira e institucional.

Foi-se o tempo em que as ideias e ações de governo que brotavam no Rio de Janeiro eram exemplos copiados no resto do país – como as escolas de tempo integral concebidas por Darcy Ribeiro (os CIEPs), como a pioneira legislação de proteção das médias, pequenas e microempresas, como a Passarela do Samba construída por Brizola, ou como os muitos projetos sociais, como o Cheque Cidadão e o programa Jovens pela Paz, desenvolvidos no governo de Anthony Garotinho.

O estado não pode se deixar atrasar e perder o bonde da história por conta de administrações incompetentes, sustentadas pela força do jogo pesado de grandes fornecedores e empreiteiros, assim como não pode submergir as práticas administrativas suspeitas e leis de subordinação do estado aos desígnios unilaterais do mercado, através de terceirizações que anulam a ação do funcionalismo público. Caberá ao futuro governo passar o estado a limpo e retirá-lo da encruzilhada política em que se encontra.

4 - A Grave Situação Financeira e o Regime de Recuperação Fiscal

A irresponsabilidade com que foi conduzido o governo do ERJ, nos últimos 12 anos, empurrou o Rio de Janeiro para uma das piores crises de sua história.

Durante este período, empreiteiros passaram a dar as cartas no palácio Guanabara definindo quais obras seriam prioritárias para suas empresas e não para a população. A diversificação do parque industrial do Rio foi deixada para trás passando a prevalecer a era das “grandes obras”, da “Farra dos incentivos fiscais e das “terceirizações”.

Talvez a obra que melhor exemplifique este período seja a reforma do estádio do maracanã. Licitação de cartas marcadas, mudança de projeto básico, “taxa de oxigênio”, gastos duplicados, assinatura de 16 termos aditivos, superfaturamento no valor da obra, dentre outros expedientes, que se tornaram prática costumeira na administração pública.

A concessão de incentivos fiscais neste período também foi indiscriminada. Critérios técnicos de fomento a cadeia produtiva foram abandonados em detrimento de interesses nada republicanos. De 2007 a 2014 são estimados renúncias na ordem de R\$ 183.000.000.000,00. (sento e setenta e três bilhões de reais) com este tipo de benefício. Apenas para comparação, no final de 2006, quando Rosinha deixou o governo, as isenções fiscais representavam 13% da receita de ICMS. Já no ano de 2016 elas passaram a representar 32%, entre incentivos a joalherias, termas, cabeleireiros, e diversos outros seguimentos.

As terceirizações também foram realizadas neste período sem qualquer estudo. Os governos de Cabral/ Pezão gastaram muito e com pouca eficiência com instituições que sequer têm reconhecimento técnico para gerir o que lhes foi entregue. As terceirizações foram desde ar refrigerado de escolas, aluguel de computadores, até administração de hospitais.

O desarranjo administrativo vivido a partir de 2007 começou a apresentar consequências cinco anos depois. Desde o ano de 2012 o Rio de Janeiro passou a apresentar resultados primários negativos em suas finanças, mostrando que o estado estava gastando mais do que arrecadando.

R\$ Milhões:

2012: - 909

2013: -4.704

2014: - 7.339

2015: - 3.628

2016: - 6.325

Paralelo a isso a receita de ICMS, que corresponde a 80% da arrecadação tributária do ERJ começou a apresentar queda em sua arrecadação real.

2014: - 3,4%

2015: - 8,5%

2016: - 8,8 %

As receitas de royalties de petróleo e participações especiais também, desde o ano de 2013, vem apresentando queda real. Essa parcela da receita representou em média 13,1% das receitas correntes do ERJ durante o período de 2010 a 2014. Durante os anos de 2015 e 2016 sua participação diminuiu para 7,3% e 5,2% das receitas correntes estaduais respectivamente.

2013: - 5,7%

2014: - 0,5%

2015: - 45%

2016: - 38,01%

Por outro lado, mesmo com a economia do nosso Estado começando a dar indícios de retração, o gasto com pessoal não pararam de crescer. Do ano de 2010 até o ano de 2016 a folha de pagamento inchou 77%.

Além dos gastos com pessoal, passou a preocupar também o crescimento da dívida do ERJ. No período de 2008 a 2016 foram realizadas 41 operações de crédito com diversos bancos (CEF, BB, BNDES, BTG Pactual, Crédit Suiss, Agência Francesa de desenvolvimento, Corporação Andina de Fomento, BIRD entre outros). Em 1/3 destas operações a dívida foi contraída em dólar.

Este elevado número de empréstimos realizados com diferentes bancos em diferentes moedas fez o estoque da dívida do ERJ crescer vertiginosamente, saltando de 54 bilhões (2010) para 108,1 bilhões (2016). No ano de 2014 a despesa corrente líquida do ERJ ultrapassou o limite máximo legal de 200% da receita corrente líquida.

Este descontrole nas finanças fez com que o ERJ parasse de honrar diversos dos seus compromissos. Prestadores de serviço pararam de receber seus pagamentos e os servidores ficaram com seus salários atrasados.

O saldo de restos a pagar que até o exercício de 2015 tinha um comportamento homogêneo cresceu acima de 900% no ano de 2016. Isto mostra claramente que já no ano de 2015 o governo não honrou em dia com boa parte dos seus compromissos.

Perto do início dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, com o agravamento da crise e com receio de paralização dos serviços públicos o Governo decide decretar Estado de Calamidade Pública nas suas finanças. A medida não teve efeito prático na vida do cidadão. Era apenas uma tentativa de salvo conduto para que governantes descumprissem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com os salários dos servidores atrasados e a suspensão de pagamento a fornecedores, os serviços públicos entraram em colapso. Começou a faltar

tudo, desde material de escritório até itens básicos de higiene. Diante da falta de salário e de condições de trabalho, servidores de diversas categorias decidem entrar em greve. Para não agravar este cenário o Governo então toma uma medida discriminatória. Funcionários da área de educação e segurança pública passaram a ter seus salários depositados em dia, enquanto os demais servidores suportaram por quase 2 anos atrasos salariais e uma falta de calendário de pagamento.

Não vendo solução para a crise. O ERJ decide recorrer a União que propõe um inédito, e péssimo para nosso Estado, regime de recuperação fiscal. No dia 05/09/2017 este regime é assinado e um plano de recuperação fiscal é homologado para o Rio.

A partir de então o ERJ tem o pagamento da sua dívida com a união suspensa por 3 anos, mas terá que cumprir também uma série de medidas e respeitar os impedimentos estabelecidos no acordo.

Principais medidas e impedimentos:

1 – Privatização da CEDAE

1 – Antecipação da concessão da CEG

2 – Concessão de linhas de ônibus

3 – Securitização da dívida

4 – alienação de imóveis

5 – Aumento da alíquota de ICMS (energia elétrica acima de 300 Kw, serviço de comunicação, cerveja, chopp e operação com gasolina)

6 – Modernização da gestão fazendária

- 7 – Aumento das alíquotas de contribuição previdenciária: (Aumenta de 11% para 14%)
- 8 – Reestruturação administrativa
- 9 – Alienação de imóveis do Rio Previdência
- 10 – Proibição de concessão de reajustes a servidores e empregados públicos e militares além da revisão anual assegurada pela Constituição Federal;
- 11 - Proibição para criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
- 12 – Proibição de alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- 13 – Proibição realização de concurso público, ressalvadas as hipóteses de reposição de vacância;
- 14 – Proibição de criação ou a majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza a servidores e empregados públicos e de militares;
- 15 – Proibição de criação de despesa obrigatória de caráter continuado
- 16 – Proibição de reajuste de despesa obrigatória acima do IPCA ou da variação anual da receita corrente líquida;
- 17 – Proibição de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, ressalvados os concedidos nos termos da alínea "g" do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal;

18 – Proibição de contratação de operações de crédito não previstas no Plano de Recuperação Fiscal;

O problema está justamente nestes compromissos e impedimentos. Estas cláusulas amarram o crescimento do estado, massacraram ainda mais o funcionalismo e aumentam violentamente o endividamento do Estado. É de uma irresponsabilidade total. Sem falar na imposição de que o ERJ abra mão de ações de seu interesse no STF. Dentre as ações propostas pelo estado, há uma que questiona a aplicação de juros sobre juros no montante da dívida do governo estadual. O acordo utiliza a tabela PRICE para sua correção das parcelas não pagas.

Também não vou apoiar a venda das ações da CEDAE. A privatização não vai ser ruim apenas para os trabalhadores da companhia, também pesará no bolso dos consumidores, além de prejudicar quem mora em áreas de baixa renda.

Será necessário renegociar a dívida do Estado e construir uma nova solução, como fizemos em 1999.

Nossa proposta será a substituição do plano de recuperação fiscal pelo Acordo de Indenização Fiscal. Na transferência da capital para Brasília, foi prometido ao Rio de Janeiro uma “indenização” que nunca veio. Vamos propor então a criação de um fundo para o Rio de Janeiro nos mesmos moldes do Fundo Constitucional de Brasília, pelo período de 10 anos. Será proposto também que a união custeie, pelo mesmo período, as forças de segurança do nosso Estado, os salários do poder judiciário, do Ministério Público e do sistema penitenciário.

5. Medidas iniciais de urgência

O início do próximo governo no Estado do Rio de Janeiro será de grandes dificuldades. Para esses primeiros momentos, o novo governo terá que tomar medidas emergenciais para fazer frente à situação de descalabro em que se encontra o estado em praticamente todos os setores de atividades.

1 - A suspensão de todos os incentivos fiscais pelo prazo de 90 dias e a criação de uma comissão composta por membros do setor de serviços, comércio e indústria para avaliar quais benefícios fiscais são necessários e causam impacto positivo na cadeia produtiva do estado.

2 – Como fizemos em 1999, quando renegociei a dívida do Estado, vamos agora renegociar o Plano de Recuperação Fiscal assinado entre o Estado e a União. Vamos propor a substituição pelo regime de indenização fiscal, com a criação de um fundo constitucional para o Rio de Janeiro (nos mesmos moldes de Brasília).

3 – Renegociação da dívida pública e dos contratos com os fornecedores

4 – Retomada de todos os programas sociais.

5 – Definição de um calendário de pagamento para o servidor

6 – Reativação do Grupo Tático Móvel – Getam, tropa especial para reforçar o policiamento nas vias principais da região Metropolitana do Rio de Janeiro;

7 - Na Educação, a primeira e mais importante medida é reconstruir a confiança entre o governo e os profissionais de educação, que simplesmente deixou de existir ao longo das gestões de Cabral/ Pezão, que

descumpriram sistematicamente os compromissos assumidos com a categoria e estabeleceram um clima de verdadeira beligerância, de terror e perseguição, que somente poderá ser superado com diálogo, seriedade e boa vontade de lado a lado. O futuro governo vai discutir com os professores e profissionais da área uma política capaz de melhorar as suas condições de trabalho, assim como a qualidade da educação no estado.

8 - As condições do transporte público na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana também demandam uma abordagem emergencial, não apenas no tocante às condições caóticas de deslocamento das pessoas, especialmente dos trabalhadores, como também pelos suspeitíssimos contratos de concessão que caracterizam o funcionamento do setor nos últimos anos, seja no que diz respeito aos ônibus urbanos como, principalmente à Supervia, ao Metrô e às Barcas, serviços que estão sendo prestados sem qualquer qualidade ou respeito aos usuários. Assim, como primeira medida na área, O novo governo irá promover a revisão de todos esses contratos.

9 - A gestão pública no Rio de Janeiro vem passando por um acentuado processo de ineficiência e descompromisso que abrange praticamente todas as áreas da administração estadual. A máquina pública foi irresponsavelmente inchada para atender interesses políticos e acomodar amigos e aliados dos ocupantes do poder. Hoje, o governo estadual tem 19 secretarias de estado e inúmeros cargos comissionados. As secretarias serão reduzidas a dez e serão extintos todos os cargos de confiança criados para atender essa estrutura desnecessária, de modo a agilizar o processo decisório do governo e reduzir os custos com despesa de pessoal.

10 - Ainda no campo da gestão pública, será criado um órgão de planejamento e gestão de serviços metropolitanos, com o objetivo de estimular a formação de consórcios intermunicipais, sobretudo nas áreas de Educação, Transporte, Saúde e Segurança Pública. Será, assim, definida uma política específica para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, área mais povoada do estado.

11 - Para que um governo possa funcionar como tal, prestando os serviços públicos com qualidade, atendendo as demandas maiores da população e dotando o estado das condições necessárias para promover o desenvolvimento, é preciso dispor de recursos. E o Rio de Janeiro só viu sua receita cair nos últimos governos. Nesse plano, a medida a ser adotada com maior urgência é aumentar a utilização da tecnologia de informática para modernizar a máquina arrecadadora, além de combater os desperdícios da máquina pública e rever contratos eventualmente superfaturados.

12 - Remontar a Central Estadual de Regulação de Leitos. A regulação é um dos mais poderosos instrumentos de política de saúde e o estado, hoje, apresenta muitos leitos não regulados.

6. Algumas propostas

6.1 Finanças

A situação financeira do Rio de Janeiro não poderia ser mais grave. A dívida do, estado, que em 2006 era da ordem de R\$ 41 bilhões, hoje está em mais de R\$ 140 bilhões. Com as finanças no fundo do poço o Estado do Rio se viu obrigado a aderir a um inédito regime de recuperação fiscal pactuado com

a união. Mesmo assim o endividamento continua crescendo. No ano de 2016 a Dívida Consolidada Líquida era de R\$ 106.055.900.774. Em junho de 2018 deu um salto para 140.374.046.262, perfazendo uma variação de 32,4%. Mesmo em crise, a Despesa total com pessoal também continua crescendo (2016/ 2017) atingindo a marca de 67% de toda a receita corrente líquida, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal admite o limite máximo de 60%.

Nossas propostas são:

- Auditar e repactuar prazos da dívida contraída pelo estado;
- Auditar projetos de incentivos fiscais e reformá-los, quando necessário, para que cumpram seu objetivo de criar oportunidades e renda através de empreendimentos atraídos para as diversas regiões, corrigindo distorções e integrando capital e interior;
- Investir na modernização tecnológica da Receita para aumentar a arrecadação do estado e desenvolver sua gestão.
- Reimplantar a Comissão de Políticas Públicas Permanentes Para o Desenvolvimento do Estado, integrando as secretarias ligadas a fazenda, planejamento e desenvolvimento econômico;
- Realizar um plano amplo para guiar geograficamente o desenvolvimento do Estado com seus projetos para viabilizar a captação de recursos para os mesmos;

6.2 Saúde

O atual sistema de saúde pública do Rio de Janeiro é talvez o pior dos exemplos entre os serviços públicos prestados pelo Estado. É um sistema

caótico e que funciona precariamente, de forma quase inteiramente privatizada. Atualmente convivem na saúde pública fluminense três regimes de trabalho: através das Organizações Sociais (OS), os terceirizados e os estatutários. Do orçamento executado de R\$ 4,4 bilhões da Saúde em 2013, um montante de R\$ 1,6 bilhões representou contratos com OS. Já no ano de 2015 os gastos passaram R\$ 2.746,060 bilhões. Somente uma delas foi agraciada com R\$ 752 milhões em contratos, para o gerenciamento de hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Nos últimos governos, foram extintos o Instituto de Infectologia São Sebastião, o Iaserj – Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, o Hospital da Região dos Lagos e o Hospital de Anomalias Craniofaciais. Um dos problemas mais graves na área de saúde, porém, é a deficiência da regulação, a ponto de hoje existirem hospitais estaduais e federais que estão fora da Central. Do mesmo modo, não há regulação das unidades sob direção das OS.

Por outro lado, as Unidades de Pronto Atendimento não têm porta de saída. Muitos pacientes morrem por não serem transferidos a tempo para os hospitais. Para completar o quadro, aumentou no estado nos últimos anos a incidência de doenças como a tuberculose, e, pior do que isso, aumentou o número de casos sem acompanhamento médico. Em 2006, o estado registrou 1.352 casos de tuberculose, com 96% de acompanhamento (1.305 casos). Em 2016, foram registrados cerca de 15 mil casos da doença. Atualmente a média nacional de casos de tuberculose é de 33,5 a cada 100 mil habitantes. O estado do Rio tem praticamente o dobro, 65,7 casos a cada 100 mil pessoas, segundo o Fórum Estadual de Organizações Não-Governamentais no Combate à Tuberculose. O retorno do Sarampo também é outra preocupação. Até julho de 2018, o ERJ já tinha confirmado

7 casos da doença e outros 33 casos estavam sendo investigados. Em 2016, a doença foi considerada erradicada em todo o país.

É fundamental que o novo governo do Rio de Janeiro, desde o seu primeiro dia, comece a adotar medidas para que o sistema de saúde pública do estado volte a funcionar em condições de normalidade. O primeiro passo nesse sentido é remontar a Central Estadual de Regulação de Leitos.

O novo governo vai reorganizar a saúde pública estadual. Os atuais contratos das Organizações Sociais serão auditados com ênfase na qualidade da prestação do serviço, no cumprimento de metas e na sua execução financeira.

Nossas propostas são:

- Recolocar em funcionamento, praticamente reconstruir o Sistema Único de Saúde, integrando as unidades federais, estaduais e municipais, tais como hospitais de alta complexidade, hospitais gerais, hospitais de emergências, institutos, UPAs, Posto de Saúde, e outras unidades;
- Atuar junto aos municípios no sentido de que as unidades de atenção básica em saúde, responsabilidade municipal, funcionem plenamente; como também viabilizar as Estratégias de Saúde da Família (ESF) e ampliar a política de vacinação, garantindo uma maior cobertura da população;
- Promover a implantação de uma Central Única de Controle e Gerenciamento de Leitos Hospitalares, envolvendo todos os entes federativos (central de regulação), com a incorporação e gerenciamento dos leitos de todas as unidades federais, estaduais e municipais, juntamente com o uso de tecnologias de informação, como, por exemplo,

o comando de ambulâncias através de sistema de GPS; marcação de consultas e exames;

- Quando necessário, será possível complementar a oferta desses serviços por meio da contratação de instituições filantrópicas e privadas, utilizando-se a tabela do SUS;

- Exercer fiscalização rigorosa aos contratos de gestão com Organizações Sociais, principalmente em sua execução financeira, no cumprimento de metas e na qualidade da prestação do serviço. Vamos aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização.

- Abrir concurso para médicos e profissionais de saúde, que serão contratados através da Fundação Estadual de Saúde;

- Estadualizar os Hospitais da Posse (Nova Iguaçu), de Nilópolis, de Mesquita, de Nova Friburgo e de Japuíba (Angra dos Reis);

- Implantar o Plano de Cargos e Salários para os profissionais de saúde;

- Reimplantar o programa Farmácia Popular, com a cesta básica de remédios e fraldas geriátricas a R\$ 1,00.

- Implantar programas de telemedicina assistenciais e saúde digital, que permitirão diagnósticos precoces, com tratamento imediato à distância, com a potencialização da competência médica instalada, além da descentralização do atendimento e a universalização do acesso à saúde.

- Implantar a regulação estadual da urgência e emergência com ênfase nas referências do IAM (Infarto Agudo do Miocárdio) e AVC (Acidente Vascular Cerebral), com contratualização e gestão estadual, utilizando a telemedicina assistencial como principal ferramenta;

- Ampliar a rede estadual dos serviços de alta complexidade nas áreas de terapia renal substitutiva (hemodiálise), oncologia e neurocirurgia, sob regulação estadual, a fim de garantir o acesso do paciente com equidade e qualidade.
- Assumir o papel de orientador das políticas de saúde estadual, capacitando e fortalecendo os municípios na organização e formulação dos serviços, a fim de garantir que as redes de atenção à mulher, ao idoso, à gestante, ao hipertenso e ao diabético, além de diversas outras áreas, possam ser realizadas de forma eficiente e com qualidade, garantindo um sistema de saúde integral e resolutivo.
- Atualização do plano diretor de regionalização, processo de revisão e reconhecimento das regiões de saúde do estado do Rio de Janeiro.
- Reavaliação da relação de medicamentos nacional e Estadual e criando uma nova lista padrão do estado para incluir novos remédios mais eficazes.
- Recuperação do instituto Vital Brazil.
- Implantação de calendário estadual de vacinação complementar ao Ministério da Saúde.

6.3 Educação

Não é possível admitir que o Rio de Janeiro, segundo mais importante estado brasileiro, tenha sofrido, nos últimos anos, redução no seu número de unidades escolares, que tenha visto cair a quantidade de matrículas na rede estadual de ensino, que o seu Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica – IDEB não tenha atingido a meta estabelecida, ficando estagnado desde 2013. (Fonte: INEP).

Na Educação, é péssima a relação entre o governo e a comunidade dos professores, uma categoria particularmente maltratada e perseguida pelo atual governo, com baixos salários e deficiências notórias nas condições de trabalho, o que tem se traduzido em greves frequentes e prejuízos para a sociedade. É uma relação marcada pela falta de diálogo e pela perda de confiança entre as partes, que resulta, no curto prazo, em queda vertiginosa na qualidade da prestação dos serviços educacionais.

O Rio de Janeiro não atingiu a meta de 3,7 estabelecida no IDEB para o ensino médio. Entre os anos de 2016 e 2017 duzentas escolas tiveram o fechamento de turnos ou turmas. Só no ensino médio foram extintas 110 mil vagas nos últimos 10 anos, e 384 escolas foram fechadas.

Além disso, o Rio de Janeiro registra índices altos de evasão escolar em sua rede pública de ensino, baixo desempenho na aprendizagem de línguas, ausência de políticas sistemáticas e consistentes de treinamento e aperfeiçoamento de professores, assim como de estratégias específicas para estudantes com deficiência.

A principal política pública a ser implementada será a da educação gratuita e de qualidade, inspirada no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs, - ancorados no conceito de educação em tempo integral, do grande educador Darcy Ribeiro -, conhecidos como brizolões (numa justa homenagem popular ao governador que os implantou, Leonel Brizola). O nosso futuro governo impulsionará a transformação gradativa da rede estadual de ensino em centros de formação de cidadania dentro dessa mesma filosofia de educação.

- Reconstruir a confiança e o diálogo entre os profissionais de educação e o poder público e pôr fim ao sistema de perseguições aos profissionais do setor pela Secretaria.
- Implementar medidas para que o Rio de Janeiro atinja a meta estabelecida no IDEB.
- Reinventar os chamados “brizolões”, os antigos Centros Integrados de Educação Pública, dentro da concepção original de educação integral de Darcy Ribeiro; No turno da noite, será oferecido aos jovens o ensino de novas tecnologias como: programação, robótica, entre outros, preparando o nosso jovem para as profissões do futuro.
- Reeditar o decreto da governadora Rosinha Garotinho – revogado pelo governo Cabral - que dava a essas entidades a denominação de brizolões, uma justa homenagem ao governador que os implantou, Leonel Brizola;
- Promover a implantação gradual da dedicação exclusiva do professor com adequação e melhoria salarial ao novo regime, visando editar o horário integral das escolas da rede;
- Eliminar o analfabetismo no Rio de Janeiro até 2022, definindo um programa de alfabetização descentralizado por bairros e municípios, com participação de universitários, que serão treinados como monitores dos cursos;
- Instituir programa de reforço escolar na rede estadual, tendo um professor e aluno - monitores, que deverão ser escolhidos entre alunos da rede estadual de ensino médio, para os alunos que provem das redes municipais.

- Criar os Programas de Leitura, de Matemática e de Iniciação Científica, com o apoio de jogos eletrônicos;
- Modernizar tecnologicamente as escolas da rede estadual de ensino, equipando as salas de aula com lousas digitais, tablets e outras ferramentas de informática;
- Promover a inclusão de alunos com deficiência, com estratégias de desenvolvimento e superação. Criar a carreira de professor de apoio ao aluno com deficiência e implantar salas adequadas às diversas necessidades, com recursos de linguagem de sinais e Braille, entre outros;
- Implantar centros de aprendizado de idiomas nas escolas da rede estadual de ensino;
- Criar a Universidade do Professor, um programa de complementação da formação e atualização permanente dos professores da rede estadual;
- Recuperar o projeto Pais Sociais nos CIEPs.
- Reinstaurar o Programa Saúde nas Escolas com médicos bombeiros com: testes visual e auditivo no ingresso dos alunos e com funcionamento nos finais de semana voltado para assistir as famílias.
- Apoiar e auxiliar os municípios do Rio de Janeiro no desenvolvimento de programas e ações voltados para a educação infantil

6.4 Transporte

O transporte no Rio de Janeiro é de péssima qualidade, insuficiente para atender às necessidades da população de suas áreas urbanas mais densamente povoadas. A opção pelo ônibus e a falta de investimentos

eficazes em transporte de massa têm transformado em uma verdadeira tortura o deslocamento diário da imensa população trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. O setor vai na contramão da modernidade, com o transporte individual crescendo e o transporte coletivo caindo em volume e qualidade.

Instituto de pesquisa (Expert Market) classificou o sistema de transporte do Rio de Janeiro como o pior do mundo. O estudo analisou a mobilidade de 74 metrópoles em 16 países, comparando fatores como o tempo de viagem, baldeações e custo mensal da passagem em relação ao salário médio da população. O tempo médio dos deslocamentos casa-trabalho no Rio é de 52 minutos, o pior índice entre as Regiões Metropolitanas do país.

É expressivo o número de falhas na prestação dos serviços do Metrô, da Supervia e das Barcas, modais que deviam, pelo contrário, contribuir para desafogar a demanda do sistema de ônibus urbanos, já inteiramente saturado. O governo deverá inverter a matriz do transporte de massa nas ruas, buscando priorizar investimentos no metrô, nos trens e no sistema VLT, além de organizar e ampliar o sistema de transporte complementar. É preciso criar alternativas para o transporte da grande população urbana do estado, principalmente em virtude da saturação da ponte Rio-Niterói e das Barcas.

Ainda na área do transporte urbano, o futuro governo vai manter o Bilhete Único, uma iniciativa que hoje não funciona como deveria, porque os engarrafamentos da região metropolitana tornam praticamente inútil o atual tempo de duração para boa parte dos usuários. Existem sérias suspeitas de superfaturamento no Bilhete Único, vez que o controle da tarifação é pelo próprio concessionário.

No plano estadual, a malha rodoviária está em grande parte abandonada e demandando um programa intenso de recuperação e manutenção. Também será necessário atuar fortemente no setor aeroportuário, diante das grandes deficiências de aeroportos de cidades e áreas importantes do interior do estado, como Cabo Frio, Campos, Macaé, entre outros.

Em todo o setor, as concessões públicas, algumas das quais resultaram em contratos no mínimo nebulosos, serão objeto de auditorias rigorosas. O futuro governo pretende pôr fim à perseguição ao sistema de transporte complementar, modernizar os ônibus no aspecto do conforto para os passageiros e buscar inverter aos poucos a matriz de transporte de massa na Região Metropolitana, otimizando-a com auxílio das universidades, que vem se debruçando crescentemente sobre o tema em seus estudos.

As nossas propostas são:

- Promover de forma gradativa a inversão da matriz de transporte de massa do Rio de Janeiro, priorizando os investimentos sobre trilhos (VLT, trens e metrô), além do transporte complementar, com abertura de edital para permissões intermunicipais, equivalente às administrações Garotinho e Rosinha (da ordem de 4.000), estimulando a criação de linhas bairro a bairro. O objetivo dessa estratégia é reverter a atual situação em que vive o Rio de Janeiro, hoje sob o domínio de um cartel de empresas de ônibus liderado pela Fetranspor, cuja força econômica e política têm inibido os projetos de modernização do transporte de massa.
- O novo governo assumirá o controle do Bilhete Único. O sistema de tarifação e controle de passageiros hoje é feito pelo próprio cartel, através da Riocard S/A, sem que o governo estadual exerça seu poder, o que

contribui para os péssimos serviços prestados e preços defasados da realidade.

- O Bilhete Único aumentará para três horas e meia o seu tempo de validade.
- Implementar a Linha 6 (Alvorarada-Penha-Ilha do Governador), abandonada por conta do projeto do BRT, e o trecho da Linha 2 Estácio-Carioca-Praça XV, simplesmente esquecido. Retomar os estudos sobre o projeto do Lote 1 (RioNiterói), sob a Baía de Guanabara.
- Priorizar, no processo de ampliação do Metrô (Linha 3) a implantação da via de superfície que numa primeira etapa ligará Niterói a São Gonçalo, numa linha com 22 quilômetros de extensão e previsão de transportar em torno de 350 mil passageiros/dia. A segunda fase se estenderá a Itaboraí e atenderá os trabalhadores do Comperj, ficando a linha com um total de 37,2 quilômetros;
- Instituir um Programa Estadual de Rodovias Vicinais com amparo em convênios a serem firmados pelo Estado com as Prefeituras para adequar situações, integrar os próprios municípios com as respectivas malhas urbanas, preservar o meio ambiente rural e facilitar a mobilidade de veículos e pedestres nas vias já existentes;
- Implantar o Arco Rodoviário do Norte Fluminense como forma de desafogar as atuais ligações federais e interligar diversos municípios litorâneos das regiões dos Lagos e do Norte Fluminense em plena consonância com as leis ambientais;
- Resgatar projetos e realizar estudos para implantar os roteiros de barcas São Gonçalo-Rio; Barra da Tijuca-Centro e Rio-Mauá.

- Buscar parceria com o governo federal para criar as linhas de VLT Campos-Macaé, Rio das Ostras-Macaé e Volta Redonda-Barra Mansa.
- Construir a nova Rodoviária do Rio de Janeiro, além de reformar e ampliar a Central do Brasil.
- Reinstaurar o Sistema de Transporte Alternativo Intermunicipal, extinto pelo atual governo, regularizando e organizando o transporte complementar através de vans em todo o estado, com a concessão de novas permissões para linhas no interior do estado e região metropolitana instituindo padrões de qualidade e um órgão específico de controle desses serviços públicos. O Detro será reestruturado para esse fim. Vai ser implantado um Programa de Capacitação para os motoristas do sistema, além da redução para 2% do IPVA dos veículos, que serão vistoriados a cada dois anos. Serão concedidas 4 mil permissões para transporte complementar em linhas intermunicipais em todas as regiões do estado.
- Recuperar de forma planejada a malha rodoviária estadual, que se encontra em péssimas condições.
- Apoiar a construção da Estrada de Ferro Rio-Vitória, com extensão de 550 quilômetros, que interligará a região de Caxias e do Comperj ao eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte.
- Adequar os acessos rodoviários aos principais mercados emissores e geradores de cargas tais como BR-116 S , BR 116N , BR 040 e BR 101 N, além do que previsto nos programas de concessão das rodovias.
- Priorizar os processos de concessão e modernização dos aeroportos do Estado.

- Implantar um cinturão de terminais logísticos (portos secos) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Interior, para se dedicarem ao tratamento de cargas em geral.

6.5 Energia

O estado convive hoje com sérias dificuldades no setor da energia. O quadro se agravou no atual governo. Em 2000, em plena época do apagão energético nacional, o então governador Anthony Garotinho estabeleceu incentivo através do ICMS para a instalação de quatro usinas termoelétricas no estado e zerou o ICMS do gás das usinas, o que na ocasião contribuiu com cerca de 3% da geração total de energia do país.

Nossas propostas são:

- Buscar tornar a matriz energética do Rio de Janeiro menos dependente dos combustíveis fósseis, estimulando a produção de energia eólica e energia solar, a construção de pequenas centrais hidroelétricas, além de usinas de biogás, biodiesel e biomassa (a partir da cana-de-açúcar). Retomar o programa de Biodiesel criado no governo de Rosinha Garotinho;
- Fazer convênio com a ANEEL para que o Estado passe a exercer a fiscalização conjunta das distribuidoras de energia (Ampla, Light e Energisa Nova Friburgo).
- Cobrar das atuais distribuidoras planos de contingência para zerar as ocorrências de apagões nos trens, metrô, terminais, aeroportos, hospitais, escolas e locais de atendimento de emergência;

- Cobrar das distribuidoras de energia cronograma de construção de novas redes para o desenvolvimento do sistema, bem como um esquema regular manutenção preventivas das atuais redes;
- Dar continuidade ao Programa de Interiorização do Gás Natural, iniciado no governo Garotinho, através da construção de gasodutos estendendo a rede até sua universalização;
- Incentivar a tecnologia GNV/DIESEL nas frotas de transporte público, com a garantia de abastecimento de gás natural veicular nas garagens das empresas e/ou terminais públicos de transporte.
- Zerar o ICMS sobre o gás natural para os taxistas

6.6 Água

O abastecimento de água tratada é outro problema da maior seriedade. O sistema está à beira do colapso. O atual governo está promovendo um verdadeiro desmonte da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), fatiando-a para privatizá-la. Hoje a empresa dispõe de um quadro insuficiente de funcionários, contratados sob rubricas diversas, e muitas das suas atividades são terceirizadas. O governo atual pretende privatizar a companhia o que causa preocupação, principalmente quanto ao aumento das tarifas.

Nossas propostas são:

- Implantar a Estação de Tratamento de Água da Baixada (filtragem e cloração) na captação de Ribeirão das Lages, abastecendo por gravidade as áreas de Caxias, Belfort Roxo, Nova Iguaçu e demais municípios da baixada;

- Não permitir a privatização da CEDAE e trabalhar para dotá-la de um padrão gerencial que a torne modelo de gestão de uma concessionária pública;
- Desenvolver estudos para estabelecer, como prioridade de governo, um programa rigoroso voltado para combater perdas e desperdício de água desde o próprio sistema de distribuição, através de ações de engenharia e manutenção, até o consumidor final, através de campanhas educativas;
- Abrir concurso público para o preenchimento de vagas na CEDAE, necessárias ao bom funcionamento da empresa, que tem grande carência de mão de obra;
- Aditar os convênios da CEDAE com os municípios, para incluir o esgotamento sanitário como obrigação da empresa, assim como reduzir a tarifa do esgotamento até que o serviço esteja efetivamente funcionando;
- Abrir amplo programa de renegociação de dívidas com consumidores inadimplentes. Serão renegociadas dívidas existentes até o ano de 2016 em até 40 vezes.

6.7 Segurança Pública

A política de segurança pública dos últimos governos praticamente não existiu. Foi baseada apenas num único programa denominado como Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), sobre a qual foi feita uma bem sucedida ação de marketing, que não resistiu a crise que assolou o Estado. Uma política de qualquer setor deve partir de um plano estratégico, em que sejam previstos diferentes programas, projetos e ações pontuais, prever monitoramento e avaliações periódicas. As UPPs não produziram o

propalado efeito de redução do crime. Pelo contrário, nos últimos cinco anos, o número de tiroteios em comunidades com UPPs aumentou consideravelmente de acordo com um estudo feito pela própria Polícia Militar. O número de confrontos nas favelas com UPPs passou de 13, em 2011, para 1.555, em 2016. Já no ano de 2018, indicador de letalidade violenta mostrou crescimento de 9,8%, subindo de 539, em abril de 2017 para 592, no mesmo período deste ano. Do mesmo modo, registrou-se crescimento no número de outras modalidades de crime que ganharam impulso nos últimos anos.

Além do tudo, o programa das UPPs tinha um alto custo financeiro, o que impediu o investimento em outros setores da segurança pública, como a modernização do aparelho policial.

Este cenário caótico, em que vive a segurança pública no Rio de Janeiro, levou o governo federal a decretar em fevereiro de 2018, intervenção na Segurança Pública do Rio.

As Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs não deram certo porque não prendem os bandidos e não contribuem efetivamente para a redução os indicadores de criminalidade. As UPPs geraram como mais expressivo resultado a migração dos criminosos, que não são presos e simplesmente mudam-se para outras áreas ainda não “pacificadas”, numa política que, ao mesmo tempo em que “exporta” os bandidos, enfraquece o policiamento no interior do estado, transferindo para as UPPs policiais do efetivo de muitas cidades. Desde 2007, grande parte do efetivo novo da Polícia Militar foi destinado às UPPs – fazendo com que o perfil dessas unidades seja composto por grande quantidade de policiais recém formados e

inexperientes. Diante deste cenário, o gabinete de intervenção anunciou que vai extinguir 19 das 38 UPPs existentes.

Diante de toda esta crítica, talvez o maior erro dessa estratégia tenha sido apostar num projeto de mera extensão policial aos morros e comunidades pobres, deixando de lado a dimensão sociocultural e educacional da questão.

As milícias também não foram combatidas de modo eficiente. Elas geralmente crescem na ausência do poder público. Onde o Estado é presente não há espaço para atuação de deste tipo de organização. O futuro Governo do Estado estará presente nestas áreas, impedindo a atuação de agentes do Estado fora das suas funções. A recriação da corregedoria externa auxiliará a investigação destes servidores.

A verdade é que a segurança pública do Rio de Janeiro ruiu ao longo dos últimos anos. O Instituto de Segurança Pública – ISP, criado no ano 2000 durante a administração de Anthony Garotinho, perdeu sua independência analítica, tornando-se um instrumento dócil do Secretário de Segurança, assim como as Delegacias Legais, que haviam apresentado resultados bastante positivos, perderam dinamismo em função de outras prioridades policiais.

Vale ressaltar que até o presente momento, a forma como está sendo conduzida a intervenção federal na segurança do Rio não gerou resultado efetivo. O futuro governo estará aberto para apresentação ao gabinete de intervenção suas propostas para reestruturar o sistema penitenciário e as polícias civil e militar.

Esta futura política de segurança pública estará calcada em 5 pilares: Prevenção, patrulhamento ostensivo, modernização do aparelho policial,

inteligência e a transformação dos presídios do Estado em Unidades Prisionais de Trabalho.

Nossas propostas são:

- Estabelecer uma política consistente de segurança pública no estado, com medidas preventivas e repressivas e ênfase no desenvolvimento de uma estrutura de inteligência para melhorar a capacidade investigativa da polícia com a utilização das mais avançadas tecnologias disponíveis;
- Investir na formação e aumento do efetivo da Polícia Militar e da polícia civil do Rio de Janeiro, que diminuiu nos últimos anos, enquanto a população do estado cresce. Recompôr o policiamento no estado e melhorar a segurança no interior, que foi desguarnecido para que policiais fossem deslocados para as UPPs, na capital. Isso significa programar o retorno dos PMs aos seus municípios de origem;
- A permanência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) será avaliada de maneira individual. Onde o programa permanecer será construída estrutura física de alvenaria, oferecendo condições de trabalho ao policial.
- Implantar os Batalhões de Defesa Social nos atuais Batalhões da PM, com serviços de defensoria, emissão de carteira de trabalho e encaminhamento de emprego, entre outros serviços sociais importantes para a população;
- Reabilitar, através do retorno de uma direção técnica eficiente, a credibilidade do Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão técnico vinculado à Secretaria de Segurança Pública, criado no meu governo, e voltado para coletar e sistematizar os dados da área;

- Priorizar as ações preventivas, reabilitando os programas sociais de inclusão dos jovens do governo de Anthony Garotinho, como o “Jovens pela Paz”, as “Casas da Paz” e o “Reservistas da Paz”;
- Implementar, de forma descentralizada, programas voltados para a geração de emprego e renda nas comunidades mais pobres, através do apoio à criação de unidades de capacitação, concessão de carteira de trabalho e intermediação de mão de obra;
- Intensificar e tornar mais efetivas as ações de combate policial propriamente ditas, com a repressão direta ao crime;
- Reativar o Grupo Tático Móvel – Getam, tropa especial para reforçar o policiamento nas vias principais da região Metropolitana do Rio de Janeiro;
- Recriar a Corregedoria Externa Unificada.
- A Polícia Militar irá acautelar 1 (uma) arma e um colete à prova de balas para cada policial militar assim que ele ingressar na corporação, a exemplo do que ocorre com a polícia civil.
- Criação do Programa de Saúde da Família Policial, composto por uma equipe multidisciplinar para cuidar da saúde corporal, mental e emocional do agente. Este programa funcionará nos batalhões de defesa social.
- Utilização de novas tecnologias, como DRONES, para a realização de investigação policial, levantamento de dados, monitoramento de áreas específicas, entre outras funções, para que as intervenções da polícia sejam feitas com a maior precisão possível, minimizando confrontos e “balas perdidas”.

6.8 Meio Ambiente

Na área ambiental, um dos destaques negativos da atual gestão pública do Rio de Janeiro é o abandono completo a que foi relegado o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG, que incluía projetos específicos de saneamento da Baixada Fluminense e da Baixada de São Gonçalo. O programa havia construído estações de tratamento de esgotos nos últimos 20 anos, que consumiram recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, mas os novos contratos da CEDAE com os municípios fluminenses praticamente retiram a palavra “esgotos” da denominação Companhia Estadual de Águas e Esgotos, desobrigando-se da tarefa do esgotamento sanitário.

Este atual governo também descumpriu diversas metas ambientais assumidas com o COI, para que o Rio sediasse os jogos olímpicos. O tratamento do esgoto lançado na baía de Guanabara não avançou nem metade do prometido e o assoreamento da lagoa de Jacarepaguá, ocorrido pela quantidade enorme de esgoto e detritos despejados pelos rios Arroio Pavuna e Pavuninha, são exemplos.

Também praticamente abandonado encontra-se o Parque Estadual da Pedra Branca, uma das maiores matas urbanas do mundo, com uma área de 12.400 hectares, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e que vem sendo objeto de invasões e degradado pelo desleixo do poder público. Mesmo a Floresta da Tijuca, com seus 3.400 hectares e localizado numa zona mais nobre da capital fluminense vem sofrendo com ocupações ilegais, incêndios, esgotos e lixo. Mas o desrespeito às unidades de conservação no estado é generalizado, com a construção de habitações irregulares e a exploração econômica em áreas onde isso é expressamente vedado. A degradação ambiental no estado também se manifesta de forma

intensa na Região dos Lagos, nas matas e na bacia do rio Paraíba, que sofre com a agressão ambiental ao longo do seu curso.

O descarte dos resíduos tecnológicos constitui outra preocupação ambiental importante. Um relatório da ONU, de 2010, constatou que o Brasil descartava por ano cerca de 100 mil toneladas métricas de computadores pessoais e 2,5 mil toneladas de aparelhos celulares. Somente no ano de 2016 o Brasil produziu 1,5 milhão de toneladas deste lixo, o equivalente a 36% da América Latina - sendo o Rio de Janeiro, pelo seu porte, um dos estados onde esse problema assume maiores proporções e não dispõe de qualquer estrutura eficaz para o descarte desse lixo moderno e muito poluente se não adequadamente tratado.

Nossas propostas são:

- Combater a poluição do rio Paraíba do Sul, que forma a maior bacia hidrográfica do estado e é fonte de abastecimento de água para cerca de 12 milhões de fluminenses e é de fundamental importância agrícola e industrial de uma vasta região. Vai ser implantado um sistema de monitoramento ambiental em tempo real do rio Paraíba do Sul;
- Instituir um consistente programa de recuperação ambiental e preservação do Parque Estadual da Pedra Branca, unidade de conservação de proteção integral com 12,4 mil hectares, que tem mais de 50% dos remanescentes de Mata Atlântica do município do Rio de Janeiro, constituindo-se na maior floresta urbana do mundo;
- O projeto do Parque Pedra Branca incluirá a regularização fundiária com a integração da população que hoje reside na área, além do estímulo a atividades que permitam a exploração sustentável da área, como o

incentivo à construção de hotéis-fazenda, estratégias de turismo ecológico e educação ambiental, revitalização das áreas de visitação, construção de mirantes e pontos de apoio para camping e trilhas. Os recursos gerados por essas atividades serão investidas na preservação do Parque;

- Recuperar os demais Parques existentes em nosso território mediante convênios específicos a serem mantidos pelo Governo do Estado com União e Prefeituras que melhorem tanto a acessibilidade do público aos locais para fruição dos visitantes e pesquisadores, quanto à regularização fundiária interna e a recuperação das fontes hídricas, florestais e minerais que tipificam a natureza fluminense;

- Promover junto aos municípios medidas que acelerem o cumprimento de objetivos e metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos fixada na Lei Federal que fez instituir obrigações que não vem sendo cumpridas e que comprometem o meio ambiente e a qualidade de vida dos fluminenses;

- Organizar a área de disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de uma rede de aterros sanitários ambientalmente equipados;

- Retomar o programa de gás veicular para táxis, através de incentivo na redução do IPVA, programa que havia sido implantado no governo de Anthony Garotinho e ficou estagnado nos últimos anos;

- Conceder incentivos para atração de indústrias de equipamentos voltados para a geração e uso de energias renováveis;

- Criar políticas específicas para a proteção dos animais (apenas na cidade do Rio de Janeiro são abandonados cerca de 200 por dia), observando a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da ONU, e fomentando o

seu controle populacional através da instalação de unidades fixas e móveis de esterilização gratuita e serviços veterinários.

6.9 Agricultura

A agricultura é um dos setores onde o estado precisa de uma intervenção vigorosa, que seja capaz de garantir a segurança alimentar do povo fluminense. Trata-se de uma área onde a administração necessita ser inteiramente reorganizada e modernizada, desde a Ceasa até a própria estrutura da Secretaria de Agricultura e Pesca. Problemas fundiários, de falta de planejamento, de centralização excessiva do setor, de falta de incentivo à pesca, de falta de um plano de safra agrícola e pecuário e de um eficiente programa de assistência e educação rural fazem da agricultura e da produção de alimentos uma atividade pouco profissional no Rio de Janeiro, exigindo uma atuação precisa do poder público.

Nossas propostas são:

- Reorganizar a Secretaria da Agricultura e Pesca, relegada a segundo plano nos últimos governos e que demandam intervenção imediata do novo governo;
- Elaborar um Plano de Safra Agrícola e Pecuária, definindo produção, financiamento, comercialização e abastecimento;
- Implantar um novo Programa de Educação Rural nos 92 municípios do Rio de Janeiro, modernizando e reestruturando o ensino nos colégios agrícolas fluminenses de ensino profissionalizante. O programa envolverá

conhecimentos em manejo de solos, criação de animais, produção de alimentos, meio ambiente e artesanato rural;

- Instalar serviços de inspeção sanitária e segurança alimentar nos muitos municípios fluminenses que ainda não possuem tal serviço e onde os produtos locais não são padronizados nem inspecionados;
- Reformar e modernizar a Ceasa no Rio de Janeiro;
- Avançar com a reforma agrária, promovendo a regularização fundiária dos assentamentos rurais e assegurando assistência técnica;
- Incentivar a piscicultura, fomentando a criação de peixes de água doce em tanques escavados, buscando aumentar de forma significativa a produção de pescado no estado;
- Reimplantar o Programa do Sacolão, criado na gestão anterior do governador Garotinho e desativado nos últimos governos.
- Retornar com os programas frutificar e florescer

6.10 Gestão Pública

As muitas deficiências da gestão pública no Rio de Janeiro estão na base da parte significativa dos problemas que o estado hoje enfrenta. A burocracia e o inchaço da administração por questões políticas, para acomodar interesses de toda sorte, tiram as possibilidades de eficiência da máquina pública, com uma grande quantidade de secretarias de estado e cargos de confiança. Ao mesmo tempo em que se observa no atual governo uma baixa, quase nenhuma participação da população na formulação e implementação de políticas públicas, o governo apresenta problemas de

desempenho por não dispor das ferramentas de tecnologia necessárias à gestão moderna, principalmente na área de Tecnologia da Informação.

Nossas propostas são:

- Promover a modernização da gestão pública com o uso intensivo da informática e a capacitação urgente dos gestores e demais agentes públicos.
- Promover um amplo programa de desburocratização na prestação de serviços públicos;
- Promover o enxugamento da máquina administrativa do governo, reduzindo o número de secretarias de estado e cargos comissionados e implantando um modelo matricial de gestão por projeto na administração pública;
- Instituir uma política de transparência na administração pública, disponibilizando na Internet todos os dados orçamentários e financeiros do estado;
- Implantar um programa de agentes do governo nas comunidades e bairros para apresentar as demandas locais e organizar a participação da população na elaboração e implementação de políticas públicas;
- Escalonar o horário de funcionamento das repartições públicas fazendo com que áreas administrativas do Governo funcionem em horários alternados;
- Implantar no governo do Estado o modelo de “home office”, quando se mostrar interessante para o servidor e o Estado.

- Promover estratégias de capacitação e atualização dos servidores públicos, com ênfase na área de Tecnologia da Informação.
- Buscar aumentar a eficácia das agências reguladoras estaduais, através de estratégias de capacitação e profissionalização dos dirigentes das agências, que passarão a ser escolhidos através de seleção pública.

6.11 Gestão Metropolitana

- Implantar a Gestão Metropolitana dos principais serviços públicos. Uma das principais opções nesse sentido será recriar a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM, para promover o desenvolvimento integrado dos 21 municípios que compõem a região metropolitana da capital fluminense.
- Instituir o Consórcio Metropolitano do Rio de Janeiro, com base na Lei 11.107/2005, conhecida como Lei dos Consórcios Públicos e na legislação estadual que permite a formação de consórcios intermunicipais para a prestação de serviços públicos estratégicos, como transporte, educação, saúde, segurança e limpeza pública.

6.12 Desenvolvimento Social

O Rio de Janeiro sofreu um claro retrocesso na área de desenvolvimento social, onde investe parte irrisória do seu orçamento. Programas sociais importantes criados nos governos anteriores foram abandonados ou

negligenciados, como a rede Restaurante Popular, onde a população comia dignamente a R\$ 2. O aumento no número de crianças abandonadas na capital e no interior do estado demanda uma estratégia específica

Nossas propostas são:

- Reativar a rede de proteção social construída nas gestões dos ex-governadores Garotinho e Rosinha e formada por mais de 60 programas sociais, entre os quais a rede de Restaurantes Populares, o cheque cidadão, o Jovens pela Paz, o Reservistas da Paz, Casa da Paz, o Café da Manhã do Trabalhador nas Estações e o Leitinho das Crianças, entre vários outros;
- Implantar o programa Casa da Criança Abandonada, para minimizar o grave problema das crianças em situação de rua no Rio de Janeiro;
- Reativar com o valor atualizado de R\$ 350,00 o programa Cheque Cidadão, implantado no governo de Anthony Garotinho que evita desvio de finalidade dos recursos, pois permite o usuário comprar apenas alimentos e material de limpeza, proibindo a compra de bebidas e cigarros, além de contribuir para ativar a economia local através de seu desconto na rede de supermercados.
- Reativar e ampliar o programa Jovens pela Paz, com a concessão de 20 mil bolsas para os que vivem em comunidades de riscos;

6.13 Prevenção e Combate às Drogas e ao Tráfico de Armas

A questão das drogas está presente em todas as cidades, mesmo nas médias e pequenas cidades do interior.

Esse grave problema social, de saúde pública e de segurança pública é uma das mais graves e tristes feridas do Rio de Janeiro e exige uma abordagem transversal e multidisciplinar, demandando ações de várias áreas de

governo. Precisamos separar o dependente químico do traficante. Nos últimos anos, o Estado não combateu o tráfico de drogas muito menos ofereceu oportunidade de tratamento ao usuário. As últimas administrações abandonaram as três clínicas públicas para tratamento de dependentes e os centros de assistência descentralizados implantados nos governos Garotinho e Rosinha. Portanto, o principal problema é a inexistência de uma política específica para lidar com a questão. A realidade é que nessa área falta tudo, desde unidades de tratamento dignas para usuários, programas especiais de assistência às famílias dos dependentes, investimentos em estudos e pesquisa voltados para novas técnicas de prevenção e terapia no uso de drogas, enfim, uma ação efetiva de prevenção ao uso e de assistência aos usuários, bem como a falta de campanhas educativas eficazes.

Nossas propostas são:

a) Na Prevenção às Drogas:

- Criar o Centro de Estudos e Pesquisas Avançadas em Prevenção e Tratamento do Uso de Drogas, em convênio com a UERJ e a UFRJ, para cobrir a grave lacuna de investimentos em estudos e pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e terapia do uso de drogas;
- Criar o Centro de Capacitação de Facilitadores à Prevenção do Uso de Substâncias Psicoativas
- Recuperar as Clínicas para Dependentes Químicos de Santa Cruz, Vassouras e Barra Mansa e ampliar a rede de instituições voltadas para esse fim;

- Instituir a Semana de Informação e Debates sobre a Prevenção e o Abuso de Drogas, voltada para os estudantes das redes pública e privada de ensino básico e superior.

b) No combate ao Tráfico de Drogas e Armas:

- Dotar as polícias de armamento, veículos e equipamentos adequados ao enfrentamento de traficantes armados com o mínimo de riscos para os policiais;
- Realizar as operações policiais de forma articulada entre as polícias Civil e Militar, com base em planejamento conjunto, antecedido de informações precisas;
- Realizar as operações de forma a evitar confrontos, principalmente em áreas residenciais, a fim de minimizar o fenômeno das balas perdidas;
- Redirecionar a forma de enfrentar o problema do grande número de armas e munição em poder dos traficantes, assaltantes e bandidos em geral. Independentemente do empenho na apreensão de armas na ponta, o que vem sendo feito com eficiência (e risco de vida) pela polícia estadual há décadas, numa espécie de “enxugar gelo”, o governo do estado proporá uma articulação com o governo federal no sentido de estancar as fontes de abastecimento, sobretudo de fuzis de guerra estrangeiros, e mapear e desarticular as teias organizadas, nacionais e internacionais, por trás do mercado clandestino, considerando que o controle de armas é atribuição do governo federal, por intermédio da Polícia Federal (Sistema Nacional de Armas – SINARM) e do Exército (Sistema de Gerenciamento de Armas – SIGMA).

6.14 Ciência, Tecnologia e Educação Superior

A área de Ciência e Tecnologia foi uma das mais afetadas pela inoperância e descompromisso do governo Cabral/ Pezão, resultando em uma acentuada redução dos investimentos com recursos advindos de parcerias com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). São recursos que dependem basicamente da existência de projetos a serem financiados e o governo não tinha projetos. A desestruturação do setor quebrou quase inteiramente a interlocução entre a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e as secretarias e demais entidades do governo para a identificação de necessidades e formulação de projetos e ações em áreas estratégicas do poder público, como, principalmente, educação, saúde e segurança pública.

Nossas propostas são:

- Elaborar, com ampla participação das partes interessadas, um Plano Estadual de Metas para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com abrangência de 2018 a 2023 e protagonismo das instituições de pesquisa, da universidade e do mundo empresarial;
- Recriação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de propor e formular políticas para o setor, em conjunto com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT) e outras secretarias e órgãos do estado envolvidos com projetos de desenvolvimento tecnológico, especialmente nas áreas de computação, saúde, segurança, agricultura, segurança pública e petróleo;
- Reorganização e fortalecimento da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, da Faperj, da FAETEC, do CECIERJ, do CEDERJ e demais entidades vinculadas, assim como retomar os projetos em parceria com os municípios e com o governo federal;
- Compromisso de repassar 2% da Receita Bruta do ICMS para à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro - FAPERJ;

- Aumentar os valores das bolsas de estudo em Ciência e Tecnologia, adequando-os às características de competição do setor e com o objetivo de manter os jovens talentos nas atividades de pesquisa e de formação;
- Na área específica da tecnologia de informação (TI), a meta do futuro governo é promover a universalização da internet e da telefonia móvel no estado no prazo de quatro anos, fazendo do Rio de Janeiro um estado digital; o Projeto Rio 100% Digital, visa dar cobertura de acesso a banda larga em todos os municípios e locais do estado;
- Fazer tramitar em caráter de urgência a Lei de Fomento às Empresas de Software, para estimular a produção estadual de softwares.
- Desburocratizar os procedimentos de relatórios e prestação de contas implantando a filosofia de avaliação por resultados e simplificação processos.
- Implantar o campus da Universidade Estadual da Zona Oeste - UEZO;
- Promover a justiça salarial para os docentes e funcionários das universidades estaduais: UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e UEZO (Universidade Estadual da Zona Oeste), assim como a regularização do repasse de suas verbas para custeio e investimento.
- Oferecimento de ensino técnico e tecnológico voltado para as profissões do futuro, a exemplo: Designer Digital, programador, entre outros.

6.15 Cultura

Conhecido pela sua vitalidade cultural, que sempre atraiu gente de todo o país, o Rio de Janeiro poucas vezes em sua história viveu um período em

que a cultura foi tão negligenciada e relegada a segundo plano nas preocupações do governo. A escassez e o fechamento de bibliotecas e salas de cinema, a falta de estímulo e de acesso à leitura e à arte pela população, a quase inexistência de apoio financeiro a iniciativas culturais no interior e, principalmente, a ausência de sequer um esboço de política cultural no estado configuram, hoje, a realidade da área. O Theatro Municipal, uma das mais importantes salas de espetáculo do país, vem sendo praticamente privatizado, subordinado a interesses estritamente comerciais, em detrimento dos interesses da arte e da cultura. O estado necessita urgentemente resgatar a sua vocação cultural, ampliar o acesso da sua população aos bens culturais que ele oferece e valorizar seus corpos artístico e técnico-administrativo.

Nossas propostas são:

- Formulação de uma política cultural para o Rio de Janeiro que priorize a ampliação do acesso da população aos bens culturais;
- Reabrir as bibliotecas fechadas por este governo e Implantar bibliotecas em todos os municípios do estado onde não existam esses equipamentos, com espaço para leitura, oficinas e programas de incentivo;
- Retomar de forma progressiva nas escolas estaduais o programa de animação cultural instituído nos anos 80 pelo professor Darcy Ribeiro, quando Secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro (na gestão de Leonel Brizola);
- Criar uma rede televisiva estadual voltada para difusão da cultura e da educação voltada para os 92 municípios do estado, em parceria com as

Prefeituras e com o uso de frequência UHF, mediante autorização específica da ANATEL;

- Subsidiar a cultura, promovendo espetáculos teatrais a R\$ 1 e reimplantando as Salas Populares de Cinema no interior, com o governo fornecendo equipamentos e programação e os municípios fornecendo o espaço, que também seriam utilizados para oficinas de roteiro e edição;
- Criar o programa Jovem Talento, com o financiamento de projetos para jovens em teatro, música, cinema e dança;
- Reverter o processo pouco disfarçado de privatização do Teatro Municipal, contendo o seu caminho para a terceirização via Organização Social, como pretende o atual governo;
- Promover a revisão do Plano de Cargos e Salários da Fundação Teatro Municipal, assegurando a progressão de carreira dos funcionários. O futuro governo vai estabelecer gratificação de encargos especiais para o desempenho dos artistas e técnicos do Teatro Municipal, bem como implantar o Estatuto dos Artistas do Teatro Municipal, definindo direitos e deveres. Será aberto concurso para o corpo artístico de apoio da Casa.

6.16 Esporte e Lazer

Até a área de esporte e lazer, onde o Rio de Janeiro sempre foi destaque nacional, foi afetada pela má gestão que vem infelicitando o estado, a começar por não existir uma política para a área, mesmo com a capital tendo sediado o mais importante evento esportivo do planeta, os Jogos Olímpicos, em 2016. Os problemas atingem principalmente as principais bases de formação de atletas em todo o mundo, que são as escolas e as

comunidades. Um exemplo é a falta de qualidade no ensino de educação física nas unidades da rede estadual de ensino e a escassez de projetos de atividades esportivas para as comunidades, como escolinhas de futebol e outros esportes. No interior, a situação ainda é mais grave, com quase nenhuma participação dos jovens em jogos abertos por falta de um planejamento e de um calendário. Há que se destacar também, nessa área, a privatização do estádio do Maracanã, promovida por Cabral, afrontando a posição de toda a população fluminense e mesmo dos brasileiros, que não queriam ver entregue à iniciativa privada, em uma negociação nociva ao estado, o mais importante símbolo do futebol brasileiro.

Nossas propostas são:

- Promover atividades e projetos esportivos voltados para as comunidades no Rio de Janeiro, como escolinhas de futebol e outras instituições voltadas para a prática de esportes (a exemplo da Escolinha do Zico);
- Realizar concurso público para professores e graduados em educação física, criando um quadro permanente da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer;
- Estabelecer um calendário fixo para a realização de jogos abertos no interior, ao longo de todo o ano, nas diversas regiões do estado;
- Auditar a licitação realizada e rever o contrato de privatização do estádio do Maracanã, altamente lesivo aos interesses do Rio de Janeiro. Com o novo governo, o estado vai estadualizar o Maracanã.

6.17 Questão fundiária

Os conflitos fundiários no estado também cresceram nas duas últimas gestões, devido à omissão quase total do governo, que, através do Iterj

(Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), tem atribuição legal de promover a mediação desses conflitos. Pelo contrário, a situação ficou mais tensa, principalmente devido ao aumento das remoções devido às obras destinadas principalmente à realização de grandes eventos realizados no Rio. O Estado não tem uma política de aquisição de terras para implantar assentamentos produtivos e projetos de habitação popular, além de conviver com grande burocracia e lentidão nos processos de titulação de propriedades em pequenas e médias comunidades urbanas. Foi inteiramente abandonado o Projeto “Comunidades Agrícolas” implantado nos governos de Garotinho e Rosinha e existe, hoje, uma grande lentidão nos processos de titulação de pequenas e médias comunidades urbanas.

Nossas propostas são:

- Retomar a participação efetiva do governo estadual, através do Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) na mediação dos conflitos de terras no estado;
- Reabilitar o projeto “Comunidades Agrícolas”, implantado no governo de Anthony Garotinho e abandonado no atual governo, voltado prioritariamente para os assentamentos;
- Promover o mapeamento e cadastramento de áreas urbanas e rurais abandonadas que possam ser adquiridas ou desapropriadas para projetos de habitação popular;
- Priorizar a regularização fundiária, através do Iterj, em todo o estado, das pequenas e médias comunidades que se encontram em situação vulnerável;

- Proporcionar assistência técnica aos assentamentos e estimular a comercialização da produção dos assentados através da organização de pequenas feiras agrícolas nos aglomerados urbanos vizinhos, contribuindo assim também para promover a incorporação social dos assentados na vida urbana circundante;

6.18 Desenvolvimento Econômico

O Rio de Janeiro, com suas condições privilegiadas para o desenvolvimento, suas riquezas naturais, sua situação geopolítica de portão de entrada para o Brasil por terra, mar e ar, que lhe conferem uma imensa vantagem competitiva para a atração de projetos e investimentos, não poderia estar passando pelas dificuldades que hoje passa. O Rio precisa retomar a cultura administrativa iniciada no governo Garotinho e interrompida a partir de 2007, tem que retornar à sua condição de estado empreendedor e sempre na dianteira das realizações e acontecimentos nacionais. É imperioso realimentar o ciclo de desenvolvimento travado pelo obscurantismo das duas últimas gestões estaduais.

Desse modo, o Rio de Janeiro, que vinha de dois governos marcados pelo desenvolvimento econômico e social, que crescia em importância no contexto do país, estancou a partir de 2007, andou para trás no tempo, perdeu conquistas que já havia obtido e, pior, perdeu o direcionamento, a noção do melhor caminho pelo qual seguir, o objetivo, o foco. A retomada da boa governança, de um norteamento adequado do poder público, faz-se agora imprescindível para o soerguimento do nosso estado.

Cumprir lembrar, por exemplo, que o Rio de Janeiro viveu, no período de 1999 a 2006, um processo de expansão e descentralização econômica, com a implantação da política de polos de desenvolvimento, que culminou no

aumento de 37% para 57% (CIDE) da participação do interior no PIB estadual, com a retomada da indústria naval, que se encontrava praticamente desativada e foi capaz de gerar milhares de postos de trabalho. O estado tornou-se, nesse período, o maior polo siderúrgico nacional, com projetos novos e expansões, o polo automobilístico consolidou-se no sul fluminense, o polo gás-químico na Baixada saiu do papel e passou a agregar valor a nossa economia, fortalecendo o importante setor de gás natural. Os polos de vestuário e de hortifrutigranjeiros são outros exemplos dessa política econômica que iremos retomar, levando em conta a vocação de cada região, para promover o desenvolvimento integrado da capital e do interior.

Nossas propostas são:

- Vamos reestruturar as cadeias produtivas do Estado com especial atenção ao setor naval, metalúrgico/ siderúrgico, de petróleo, de medicamentos, cosméticos e de turismo.
- Reinstalar o programa COMPRA-RIO voltado a incentivar as empresas locais nas compras do governo;
- Reorganizar a política de incentivos fiscais que dinamizaram a economia fluminense, com base nos Polos de Desenvolvimento e no respeito às vocações de cada uma das regiões;
- Implantar o Banco do Crédito Popular (Banco do Povo), com operações simplificadas, a exemplo do programa implantado no município de Campos na gestão do então prefeito Anthony Garotinho;
- Agilizar a aprovação da Lei de fomento à indústria de software;

- Favorecer a implantação e o desenvolvimento de parques tecnológicos, apoiando a criação de novas empresas de tecnologia de ponta;
- Promover a universalização do acesso à banda larga como item de infraestrutura estratégica para o desenvolvimento.

6. 19 Habitação, Urbanização e Assentamentos Humanos

A nova política habitacional fluminense que iremos implementar visa a um patamar superior de atuação e sensibilidade social. Sem prejuízo de articulações com os demais Governos municipais e organismos federais aqui sediados, iremos nos valer de recursos específicos criados durante as administrações de Anthony Garotinho e de Rosinha Garotinho (Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que na atual administração recebeu outras prioridades). No nosso Governo teremos então como propostas centrais:

- a) Retomada de uma política social de terras, habitação e urbanização que regularize e titule em definitivo as famílias residentes em áreas geridas pelo ITERJ e com ele conveniadas, sejam elas soluções urbanas, periféricas das nossas cidades ou assentamentos urbanos e rurais, em franca cooperação com a CEHAB-ITERJ
- b) Criação de um Banco Fluminense de Fomento à Habitação e à Urbanização, que faremos instituir por lei, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, administrado pelo Governo do estado, visando apoiar:

1. Projetos de mutirão, incluindo material de construção de habitação populares, e seus respectivos projetos de saneamento;
2. Contratação visando à construção de 40 mil unidades habitacionais;
3. Projetos de urbanização das comunidades - com o governo propiciando os meios e os modos de aproveitamento de recursos humanos que elaborarão, em conjunto com os moradores, planos específicos de melhoramento e integração aos bairros das nossas cidades;
4. Projetos de saneamento das áreas críticas de grande densidade humana, com apoio do Estado e participação dos moradores;
5. Projetos de reforma de habitações populares.
 - c) Realizar concurso público para prover a CEHAB e o ITERJ de pessoal habilitado, capacitado e sensibilizado para servir aos propósitos nesse campo;
 - d) Sanear os contratos mantidos pela CEHAB com os mutuários de modo que o Estado deixe de cobrar parcelas indevidas de responsabilidade e abrir concursos para o ITERJ e CEHAB;
 - e) Abrir oportunidades para formandos de engenharia e arquitetura fazerem residências nesses projetos sociais.

6.20 Servidores Públicos

- Estabelecer calendário fixo de pagamento para o servidor público, mantendo os salários em dia;
- Evitar terceirizações da força de trabalho em detrimento dos servidores públicos concursados;
- Priorizar a implantação de planos de cargos e salários para todas as categorias de funcionários;
- Estabelecer um canal permanente de diálogo com as entidades representativas;
- Dotar os conselhos e colegiadas estaduais de pelo menos uma vaga destinada a servidor eleito pelos seus pares;
- Implantar políticas públicas de elevação da autoestima do servidor de carreira em todas as unidades estaduais de trabalho, hoje comprometidas por políticas abusivas de terceirização e privatizações que afetam a toda a administração;
- Desenvolver, juntamente com as associações e entidades representativas do servidor, um trabalho de catalogação e ordenamento da memória técnica e administrativa de projetos, programas e atividades relevantes;
- Atualizar progressivamente, de acordo as condições financeiras do estado, os salários e benefícios dos servidores, sobretudo daquelas categorias mais defasadas;
- Fazer concursos públicos para preencher vagas existentes, renovar a força de trabalho e para as novas categorias emergentes, assim como evitar disparidades de salários e regimes de contratação;
- Reativar o Instituto de Assistência dos Servidores do Rio de Janeiro – IASERJ, destruído pelas últimas administrações.
- Vamos recapitalizar o RioPrevidência.

6.21 Defesa Civil

- Retomar a obrigatoriedade de médicos nas ambulâncias;
- Ampliar a infraestrutura de equipamentos terrestres, aéreos e náuticos voltados para a defesa civil;
- Destinar a totalidade dos recursos do FUNESBOM para as finalidades para o qual foi criado.

6. 22 Sistema penitenciário

A Lei de execuções Penais determina que é dever do preso do trabalhar enquanto cumpre a sua pena. Inclusive, a oferta de trabalho deve fazer parte do processo de ressocialização do preso, preparando-o para sua reinserção à sociedade, criando maneiras para que ele possa diante da sua família e da comunidade se mostrar apto a convivência.

O trabalho é a forma que o preso tem de ressarcir a sociedade, porém esta cobrança não é uma realidade no nosso Estado. Apenas 4% da população carcerária do Estado do Rio trabalham, ante 15% da média nacional. Em Minas Gerais cerca de 30% dos presos trabalham. O Futuro governo irá reverter este quadro de ócio nas unidades penais.

Através do trabalho carcerário e do oferecimento de novas oportunidades quebraremos o ciclo da violência.

Nossas propostas são:

- Transformar todos os presídios do estado em Unidades Prisionais de Trabalho (UPT), para dar trabalho e dignidade a quem cometeu algum crime, mas merece uma esperança e uma chance de reinserção social;
- Promover a integração do sistema penitenciário com os polícias, desobstruindo os canais e removendo os obstáculos políticos para que essa integração ocorra e possa resultar em maior eficiência e eficácia de ambos os sistemas;
- Implantar presídios regionalizados para possibilitar, quando possível, a proximidade do preso com sua família;
- A carteira de visitação ao preso será emitida de maneira ágil através do DETRAN - RJ
- Os agentes do Degase e do Desipe terão seus direitos equiparados.
- A alimentação servida nas unidades penais será produzida com a utilização da mão de obra do preso, implantando o restaurante popular carcerário.

6.23 Política de Gênero

- Instituir programas de prevenção à violência contra a mulher e assistência às vítimas;
- Promover a adequação dos serviços de saúde;
- Ampliar a rede de Delegacias Legais de Atendimento à Mulher vítima de violência;

- Promover a igualdade salarial no trabalho da mulher e do homem;
- Estimular a participação política e social da mulher:
- Fortalecer o Conselho Estadual da Mulher como protagonista da formulação, implementação e acompanhamento das políticas de gênero.
- Implantar normas específicas contra o assédio moral no trabalho e outros espaços públicos e privados.

6. 24 Políticas para a Juventude

- Assegurar o respeito, integral à Lei no 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Priorizar o combate, através de políticas específicas, aos problemas que tornam a juventude um dos segmentos sociais mais vulneráveis, hoje, no Rio de Janeiro;
- Reimplantar os programas Jovens pela Paz e Reservistas pela Paz, que tinham obtido grande êxito no período de 1999 a 2006 (nos governos de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho) e foram abandonados nas duas últimas gestões;
- Ampliar a Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, para oferecer educação profissional gratuita, em diversos níveis de ensino, à população jovem do Rio de Janeiro;
- Implantar efetivamente o programa do Primeiro Emprego, voltado para a geração de oportunidades prioritariamente para os jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho;

- Reativar e ampliar o programa das Clínicas para Dependentes Químicos, inclusive através de convênios com entidades assistências, visando absorver todos os que procuram tratamento;
- Promover campanhas pedagógicas de fortalecimento da identidade da juventude.

6.25 Políticas de Reparação

- Assegurar o respeito integral à Lei no 12.288/10, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial;
- Implementar no Rio de Janeiro as Resoluções da ONU e do Tribunal Penal Internacional orientando os estados nacionais a implantarem ações de reparação para as vítimas de racismo e escravidão, caracterizados como crimes hediondos;
- Cumprir no Rio de Janeiro o que determina a Lei 10.639/03 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede pública de ensino a obrigatoriedade da disciplina "História e Cultura AfroBrasileira".
- Buscar a elevação dos valores das bolsas de ajuda de custo dada aos alunos cotistas das universidades estaduais.
- Desenvolver ações necessárias ao resgate e legalização dos espaços ocupados pelos terreiros das comunidades de culto afro, respeitando os princípios de democracia religiosa no estado.

6.26 Propostas para o Interior

O atual governo reinstituíu no Rio de Janeiro o desequilíbrio econômico entre as regiões do estado, através de uma política fiscal desastrosa, que tornou praticamente sem efeito a Lei no 4.533/05, conhecida como Lei Rosinha, que estabelecia incentivos para a atração de empreendimentos industriais para o norte e o noroeste fluminenses, buscando o crescimento das áreas mais pobres do estado, de modo a proporcionar um maior equilíbrio regional. Essa Lei constituía uma das principais ferramentas para a geração de oportunidades e renda no interior fluminense.

- Implantar o Escritório de Projetos Municipais - IPM, para prestar assistência aos municípios na formatação e viabilização de projetos junto a fontes federais e organismos multilaterais;
- Implantar Portos Secos (terminais intermodais alfandegados) no estado, após a realização de estudos de localização;
- Criar ou por em funcionamento os Hospitais Regionais da Baixada Fluminense, do Sul, da Região Serrana e da Região dos Lagos;
- Fomentar a formação de consórcios intermunicipais para construção de aterros sanitários.
- Investir na melhoria da malha rodoviária do interior.
- Implantar um programa de rodovias vicinais, integrando os polos de produção do estado como por exemplo: São José de Ubá, Campo do Coelho, Pati do Alferes (produtores de hortifrutigranjeiros), Itaboraí (laranja) e Parati (banana).

- Executar reformas e melhorias nos aeroportos regionais de Paraty, Resende, Itaperuna, Campos, Macaé, Cabo Frio e Volta Redonda;
- Criar a GEO RJ, empresa de engenharia com competência técnica para dar assistência ao estado na elaboração e execução de um consistente programa de obras de contenção de encostas, de modo a prevenir tragédias decorrentes de deslizamento de terras, com atenção especial para as áreas de risco, como a da Região Serrana;
- Criar condições para o incremento da atividade pesqueira artesanal na região dos lagos, com a concessão de empréstimos para capital de giro e financiamento da produção;
- Executar as obras do Arco Rodoviário do Norte Fluminense, ligando Porto do Açú a Barra do Furado.
- Executar, na Região dos Lagos, a estrada do Poeta (RJ-142), no trecho Casimiro-Barra de São João;
- Implantar um amplo programa de saneamento nos municípios da baixada fluminense, urbanização e construção de equipamentos como creches e escolas, através da reedição do Nova Baixada do governo Garotinho e Rosinha.
- Promover a dragagem e canalização de canais nos municípios, principalmente na baixada, responsáveis por enchentes sucessivas.
- Ampliar a duplicação da rodovia Amaral Peixoto, inicialmente feita de tribobó a Marica, até o município de Macaé, duplicando inclusive a estrada que liga Rio das Ostras também a Macaé.

6.27 Geração de Emprego e Renda

- Todo fornecedor de bens e serviços para o Estado deverá reservar parte de suas vagas para acolher ex-apenados e aqueles que cumprem regime condicional;
- Implantar a Casa do Trabalhador nos batalhões e nas Companhias Legais da PM, com serviços, emissão de carteira de trabalho, encaminhamento para o emprego, qualificação e capacitação;
- Ampliar os programas da Faetec e da Rede Estadual para formação técnico – profissional;
- Promover programas de requalificação da mão de obra;
- Criar programa de bolsas no valor de R\$ 300,00 para desempregados que requeiram capacitação/qualificação profissional;
- Abrir frentes de trabalhos nas comunidades e municípios, sobretudo naqueles onde as taxas de desocupação sejam mais elevadas;

6.28 Defesa do Consumidor

- Assumir papel de articulador estadual do sistema de defesa do consumidor, obtendo apoio do sistema nacional e apoiando os Municípios visando a ampliação do acesso de todos os fluminenses ao sistema de proteção ao consumidor. O objetivo é viabilizar a implantação de Procons nos Municípios onde não existem atualmente.